

Acordo da dívida ^{externa} deverá sair hoje

O acordo da dívida externa junto a bancos privados deve ser anunciado hoje, dando aos credores diversas opções de securitização (troca por bônus do Governo) de seus créditos, que somam atualmente cerca de 41 bilhões de dólares. O acordo, que tira o Brasil de uma moratória técnica que se arrasta desde 1989, não prevê empréstimos de dinheiro novo ao Brasil, que represente entrada de divisas no País. No entanto, será lançado um bônus para lastrear as garantias do Tesouro americano aos juros pagos pelo País nos próximos 12 meses.

— Fizemos um acordo dentro do possível, seguindo a tendência já confirmada pelos demais países da América Latina. É o modelo do Plano Brady (que prevê a troca da dívida por papéis de longo prazo) — disse ontem um assessor do Governo envolvido diretamente nas negociações.

Apesar dos credores terem total autonomia para optar pelo papel que mais os interesse, a missão negociadora brasileira acredita que a maioria, concentrada nos Estados Unidos, vai querer o bônus que sofre um desconto de 35 por cento sobre seu valor de face, mas dá direito a juros de mercado. Isso porque as instituições estrangeiras já foram obrigadas a lançar prejuízo em sua contabilidade, referente ao crédito conce-

dido ao Brasil e não contavam mais em receber o valor integral do principal da dívida.

Diferença — Os bancos japoneses, cuja legislação não prevê o desconto dos créditos, devem optar pelo segundo bônus mais importante do pacote da securitização. Esse papel vale seu valor de face, rende juros fixos um pouco mais baixos do que os de mercado, e tem prazo de resgate de 30 anos. Os bancos japoneses, mais capitalizados do que os americanos e europeus, preferem negócios de prazo mais longo.

O acordo que deve ser assinado hoje difere radicalmente da proposta original do Governo Collor, elaborada pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. No processo de negociação conduzido pelo então negociador Jório Dauster, com base na proposta do ex-secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, previa também a securitização, mas um desembolso bem menor com a conta juros, baseado na capacidade do Tesouro Nacional de gerar superávits. Na atual proposta, o conceito de capacidade de pagamento, que era a disponibilidade de gerar cruzeiros sem emitir moeda para comprar dólares, foi abandonado. O Banco Central estima que vai remeter 12 bilhões de dólares neste ano para o exterior.